

# ‘NYT’ pede nova chance para o Brasil

**MOISÉS RABINOVICI**  
**Nosso correspondente**

WASHINGTON — Em editorial a sua edição de ontem, o normal **The New York Times** diz que a tarefa dos credores é persuadir o governo do Brasil a se manter no caminho da reforma, mas não fazendo pressão tão forte que possa “solapar a frágil democracia do País.

O jornal acentua que o Brasil poderá tornar-sse uma potência econômica mundial, mas coloca em dúvida se o governo Sarney “pode impor a disciplina necessária para alcançar esse potencial.” Depois de afirmar que o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, reconhece que um acordo com o FMI é “pré-requisito” para a renegociação da dívida externa, o jornal acrescenta que o Fundo pode delegar a fiscalização do plano de austeridade a uma outra agência — “uma que o brasileiro médio não considere como sendo uma rendição aos poderes estrangeiros.” Esta é a íntegra do editorial “Dêem ao Brasil um’ segunda chance”:

“Atordoados por uma inflação de quatro dígitos e por uma violenta queda em suas reservas de divisas estrangeiras, o Brasil concordou em apertar o cinto. Esta é uma boa notícia. Depois do fracasso da política econômica que prometia um pouco para todo mundo, o Brasil precisa, mesmo, de uma dose de austeridade. A tarefa de seus credores é a de persuadir o governo do Brasil a se manter no caminho da reforma, mas não fazendo uma pressão tão forte que possa ssolapar a frágil democracia do País.

Há dois anos, o Brasil coxeava sob o peso de uma inflação de 400% ao ano e de uma dívida externa de US\$ 100 bilhões. Economistas ortodoxos defendiam soluções ortodoxas: um orçamento equilibrado e menos dinheiro em circulação. Mas os tecnocratas brasileiros, treinados nos Estados Unidos, insistiam em que as estatísticas escondiam forças profundas da economia brasileira. Diziam que não havia necessidade de sacrificar o crescimento para administrar a dívida externa, ou a inflação. O remédio era um tratamento de choque para quebrar a espiral inflacionária.

O plano, adotado por eles em fevereiro de 1986, congelou temporariamente preços e salários, e deu um novo nome à moeda. Por um curto período de tempo, o Plano Cruzado pareceu funcionar. A inflação desapareceu e a economia cresceu muito. Mas, na verdade, o plano estava condenado ao fracasso desde seu início, pela decisão do presidente Sarney de agradar os eleitores de renda média, dando-lhes um grande aumento de salário pouco antes da imposição do congelamento de preços.

A consequência foi poder aquisitivo muito grande e produção industrial muito pequena, e os industriais acabaram vendendo no mercado interno o que tinham planejado vender no mercado externo. A procura excessiva também criou mercados negros, solapando o congelamento de preços. Em fevereiro, o governo foi forçado a abandonar o plano e a suspender os pagamentos de juros de uma parte de sua dívida externa.

Luiz Bresser Pereira, o novo ministro da Fazenda, está tentando uma solução convencional. Preços e salários foram outra vez congelados. Mas desta vez também o gasto está sendo cortado. O preço de serviços públicos foi aumentado, e a moeda, desvalorizada. A questão agora é a de saber se este governo, enfraquecido, terá a capacidade de implementar as reformas que exigem sacrifício real da população.

O sr. Bresser Pereira reconhece que um acordo com o Fundo Monetário Internacional é um pré-requisito para a renegociação dos pagamentos da dívida externa, e para restaurar o acesso do Brasil a capitais externos de que precisa desesperadamente. Os credores do Brasil podem servir a seus próprios interesses dando ao governo o máximo de espaço político para manobras. O FMI pode, por exemplo, delegar a fiscalização do plano de austeridade a outra agência — uma que o brasileiro médio não considere como sendo uma rendição aos poderes estrangeiros.

O Brasil dispõe de recursos e do espírito para se tornar um potência econômica mundial. Não está claro, porém, se este governo pode impor a disciplina necessária para alcançar esse potencial. Os credores devem dar ao Brasil toda a oportunidade para que ele demonstre sua maturidade política”.